



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 037. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL

(CÓD. 044)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia os quadrinhos para responder às questões de números 01 e 02.



(Caco Gualhardo, *Daiquiri*. Folha de São Paulo, 19.06.2019)

01. Os termos **Antes** (1º quadrinho), **Depois** (3º quadrinho) e **Hoje** (4º quadrinho) estão associados, respectivamente, às seguintes sensações:

- (A) esperança, realização e estabilidade.
- (B) harmonia, conquista e equilíbrio.
- (C) descompromisso, aspiração e desapontamento.
- (D) entusiasmo, incerteza e impotência.
- (E) despreocupação, desilusão e enfado.

02. As flexões do verbo “querer” – **queria**, **quis** e **quero** – indicam que os desejos expressos pela protagonista se deram, respectivamente,

- (A) de forma contínua; anterior ao instante de sua fala; no momento de sua fala.
- (B) em tempo anterior ao passado; no momento da fala das demais personagens; no presente.
- (C) em qualquer momento anterior ao passado; de modo contínuo; no momento de sua fala.
- (D) de modo contínuo no futuro do passado; de modo repetido no passado; de modo incerto.
- (E) de modo incerto; anterior à fala das demais personagens; no momento da fala das demais personagens.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 05.

Em primeiro lugar, a Educação trata de conhecimento, mas é preciso fazer a pergunta: o que significa conhecer? Porque conhecer pode ser uma armadilha, que guarda ilusões, equívocos, erros. Devemos ensinar aos jovens todas as dificuldades do conhecimento, todas as possibilidades de erro. Por exemplo, uma percepção visual não é uma fotografia, é uma reconstrução com os olhos. As pessoas que estão longe de mim parecem pequenas aos meus olhos, mas na minha mente estão normais, ou seja, todo conhecimento é uma tradução e uma reconstrução. E, em cada tradução, há possibilidade de erro. É muito importante ensinar a enfrentar o erro.

O segundo problema da Educação é a compreensão humana. Não se ensina a compreender o outro. Quando falo do outro, não falo de estrangeiros, de pessoas que falam outra língua ou que são de outro país. Falo de quem está ao seu lado. É muito importante para a vida compreender esse outro. Então, tem a questão da crise. A crise é um momento de muito mais incertezas que em tempos normais. Há angústias e dificuldades. Na Educação, em tempos ditos normais, ensinam-se certezas, e não incertezas. Por exemplo, quando a França era um país ocupado pelos alemães, havia uma situação de incerteza, e era preciso encontrar possibilidades de enfrentar isso. Resistir à incerteza é importante.

(Edgar Morin, *Qual é o papel da Educação hoje?*

Depoimento para Audrey Furlaneto, 07.06.2019 – *O Globo*. Adaptado)

03. É correto afirmar que no trecho – Na Educação, em tempos ditos normais, ensinam-se certezas, e não incertezas. –, o sociólogo Edgar Morin expressa

- (A) assentimento em relação à normalidade dos tempos.
- (B) descrédito quanto às opções da Educação, em tempos normais.
- (C) contrariedade em relação às incertezas na Educação.
- (D) intransigência quanto ao ensino das certezas.
- (E) desconfiança quanto aos tempos de normalidade na Educação.

04. Leia as frases a seguir:

- ... a Educação trata de conhecimento, **mas** é preciso fazer a pergunta: o que significa conhecer?
- **Porque** conhecer pode ser uma armadilha, que guarda ilusões, equívocos, erros.
- As pessoas que estão longe de mim parecem pequenas aos meus olhos, **mas** na minha mente estão normais...
- ..., **ou seja**, todo conhecimento é uma tradução e uma reconstrução.

Os termos em destaque estabelecem, respectivamente, as seguintes relações de sentido com os demais elementos:

- (A) ponderação, finalidade, contrariedade, retificação.
- (B) moderação, justificativa, divergência, adequação.
- (C) contraste, dúvida, negação, apreciação.
- (D) restrição, causa, oposição, explicação.
- (E) ênfase, motivo, comparação, ratificação.

05. Leia o trecho a seguir:

**O segundo problema** da Educação é a compreensão humana. Não se ensina a compreender o outro. **Quando falo do outro**, não falo de estrangeiros, de pessoas que falam outra língua ou que são de outro país. Falo de quem está ao seu lado. É muito importante para a vida compreender esse outro. **Então, tem a questão da crise.**

As expressões destacadas podem ser substituídas, sem prejuízo de sentido e de acordo com a norma-padrão, respectivamente, por:

- (A) A segunda implicação; Quando menciono o outro; Há, aliás, a questão da crise.
- (B) O segundo contratempo; Quando me dirijo ao outro; Assim sendo, há a questão da crise.
- (C) Outra dificuldade; Ao falar de alguém; Já que há, também, a questão da crise.
- (D) Uma incógnita; Ao falar de quem é próximo; Depois, há também a questão da crise.
- (E) O segundo obstáculo; Quando me refiro ao outro; Finalmente, há a questão da crise.

Leia o texto para responder às questões de números 06 a 10.

Crianças pequenas devem ter acesso a *tablets*? É preciso controlar as horas de exposição de adolescentes a jogos de computador? Se você está confuso com essas questões, tem bons motivos. Cientistas que estudam como o cérebro lida com meios digitais também estão. Acaba de sair no Brasil “O Cérebro no Mundo Digital”, em que a neurocientista especializada em leitura Maryanne Wolf tenta ao menos mapear o terreno em que pisamos.

Para Wolf, existem motivos para preocupação, ainda que não para pessimismo. Embora seja cedo para qualquer conclusão definitiva, as evidências até aqui colhidas sugerem que a proliferação dos meios digitais pode ter impactos sobre a formação do cérebro leitor.

A preocupação maior, diz Wolf, é com a leitura profunda (uma leitura razoavelmente detida, na qual compreendemos não apenas as palavras como extraímos o sentido geral delas e experimentamos as emoções que elas evocam). Crianças e mesmo adultos que leem em um dispositivo digital apresentam menores taxas de compreensão e retenção do texto do que quando o leem em versão impressa.

A sugestão de Wolf é que tentemos desenvolver uma espécie de bilinguismo literário. Precisamos ser capazes de exercer tanto a leitura rápida cobrada pelos meios digitais — um ser humano médio recebe hoje nos vários dispositivos que acessa 34 gigabytes de informação num único dia, o equivalente a um romance de 100 mil palavras — como, quando for o caso, a leitura profunda, exigida para pensar direito e fruir de tudo aquilo que um bom texto oferece.

(Helio Schwartsman, *Computadores contra a leitura* (adaptado).  
Folha de São Paulo, 23.06.2019)

06. De acordo com as informações apresentadas pelo texto, é possível afirmar que, para Maryanne Wolf,

- (A) não são bons os textos oferecidos em meios digitais.
- (B) o compartilhamento de textos pela internet diminui o valor dos textos impressos.
- (C) o crescente número dos equipamentos digitais pode interferir na formação do leitor.
- (D) crianças que leem em um meio digital não compreendem textos impressos.
- (E) a leitura profunda se dá em um nível posterior à compreensão das palavras.

07. Assinale a alternativa na qual a concordância verbal e a concordância nominal contemplam a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Há bastantes motivos para preocupação, porém não é possível, ainda, chegar a quaisquer conclusões.
- (B) Tanto a leitura rápida quanto a leitura profunda deve integrar um certo bilinguismo literário.
- (C) Existe evidências de que os meios digitais podem impactar a formação do leitor.
- (D) Já foi lido perto de 100 mil palavras, quando se acessou, em um único dia, cerca de 34 gigabytes.
- (E) A reação dos cérebros em frente ao meio digital ainda deixam confusos os cientistas, que têm estudado tais respostas.

08. Assinale a alternativa que contém palavra na frase em sentido figurado.

- (A) ... adultos que leem em um dispositivo digital apresentam menores taxas de compreensão...
- (B) Para Wolf, existem motivos para preocupação, ainda que não para pessimismo.
- (C) ... 34 gigabytes de informação num único dia, o equivalente a um romance de 100 mil palavras...
- (D) ... as evidências até aqui colhidas sugerem que a proliferação dos meios digitais pode ter impactos sobre a formação do cérebro leitor.
- (E) ... uma leitura razoavelmente detida, na qual compreendemos não apenas as palavras como extraímos o sentido geral delas...

09. Assinale a alternativa que apresenta reescrita de um trecho do texto com pronomes e colocação pronominal corretos de acordo com a norma-padrão.

- (A) Caso houvesse mais investimento nas editoras, a leitura em meio impresso recuperaria-se mais naturalmente.
- (B) Para mapear a situação, tem-se buscado considerar os níveis de leitura nos meios eletrônicos e nos meios impressos.
- (C) Quando submeteram-no a 34 gigabytes de informação, o leitor não pôde realizar a leitura profunda dos textos.
- (D) Nos trazem enormes confusões as questões sobre a limitação de uso dos equipamentos eletrônicos.
- (E) A tendência é que mais ninguém acostume-se a consumir textos exclusivamente por meio impresso.

10. Assinale a alternativa que, mantendo o sentido original do texto, reescreve a passagem com a regência correta de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Não é possível chegar em qualquer conclusão definitiva, já que ainda não existem evidências suficientes em determinar os impactos para a formação do leitor.
- (B) A especialista demonstra ser favorável a leitura profunda, pois, para ela, a compreensão do texto se dá também pela extração do sentido geral das palavras.
- (C) Crianças preferem dispositivos digitais a versão impressa dos textos, enquanto adultos buscam interceder junto de seus filhos, na formação do leitor.
- (D) Um ser humano mais acostumado em ler nos dispositivos eletrônicos do que nos meios impressos pode ter mais dificuldade por compreender e reter textos completos.
- (E) As questões que se atêm ao universo dos meios digitais se acumulam e especialistas em neurociência procuram por respostas que possam atender aos pais aflitos.

11. Um recipiente de capacidade 650 litros está completamente cheio com apenas tinta e solvente. Sabe-se que a razão entre os volumes de tinta e de solvente é de 8 para 5, respectivamente. Uma diferença, em litros, entre esses dois volumes é igual a

- (A) 120.
- (B) 150.
- (C) 180.
- (D) 240.
- (E) 300.

12. Um departamento de uma empresa tem oito funcionários. A lista a seguir indica o número de salários mínimos que cada um desses empregados recebe mensalmente:

1,5; 1,5; 1,5; 2,0; 2,5; 4,0; 4,0; 7,0

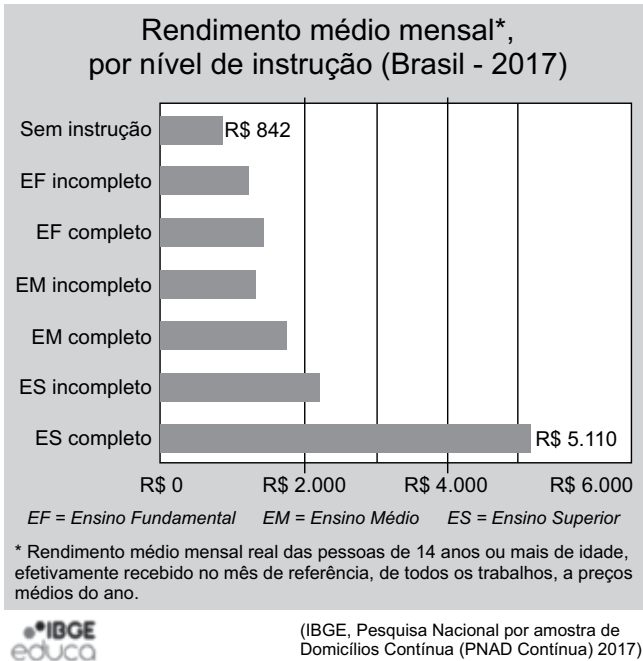
Um novo empregado será contratado para esse departamento. Para que a média salarial do grupo aumente em 10%, o número de salários mínimos desse novo empregado deverá ser igual a

- (A) 7,7.
- (B) 6,4.
- (C) 6,0.
- (D) 5,7.
- (E) 5,0.

13. No câmbio de hoje, 1 libra esterlina equivale a 1,20 euro e 1 real equivale a 0,24 euro. Para comprar 250 libras, eu preciso ter pelo menos

- (A) R\$ 1.250,00.
- (B) R\$ 1.236,00.
- (C) R\$ 974,00.
- (D) R\$ 925,00.
- (E) R\$ 827,00.

14. Considerando o gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – de 2017, conclui-se que o rendimento médio mensal das pessoas aumenta na medida em que o grau de instrução aumenta.



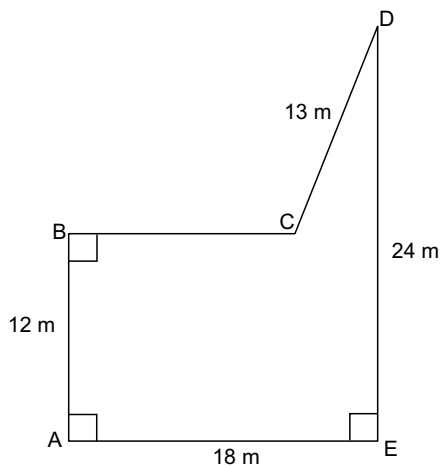
É correto afirmar que o rendimento médio das pessoas com ensino superior completo, comparando com as pessoas sem instrução, é, aproximadamente, maior em:

- (A) 607%
- (B) 506%
- (C) 400%
- (D) 375%
- (E) 251%
15. Ricardo é cadastrado em uma empresa que aluga patinetes elétricos. Essa empresa cobra pelo uso da primeira hora a uma taxa inicial fixa de R\$ 36,00. Após esse tempo, são adicionados R\$ 30,00 para cada hora adicional, e as frações de hora são cobradas proporcionalmente. Se Ricardo pagou o total de R\$ 75,00 pelo aluguel de um patinete, então o tempo que Ricardo alugou o patinete foi de
- (A) 2h06min.
- (B) 2h12min.
- (C) 2h18min.
- (D) 2h24min.
- (E) 2h30min.

16. O gerente de uma loja de roupas fez uma promoção para vender as peças da coleção anterior, oferecendo um desconto de 30% sobre o preço de venda. Como não conseguiu vender todo o estoque, foi oferecido outro desconto: 20% sobre o novo preço da venda. O total dos descontos sobre o preço de venda inicial foi de:

- (A) 56%
- (B) 50%
- (C) 46%
- (D) 44%
- (E) 40%

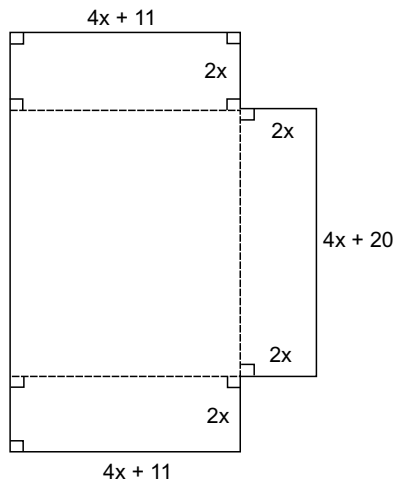
17. O polígono ABCDE da figura representa um terreno.



A medida da área do terreno em metros quadrados é igual a

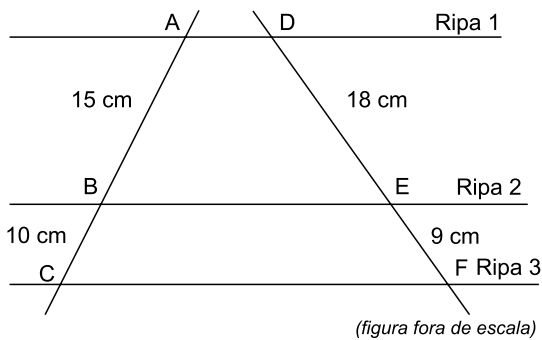
- (A) 294.
  - (B) 287.
  - (C) 275.
  - (D) 250.
  - (E) 246.
18. Em uma empresa, apenas  $\frac{1}{5}$  dos funcionários tem ensino superior completo. Além disso, da parcela que não concluiu o ensino superior,  $\frac{2}{3}$  não têm o ensino médio completo, o que corresponde a 40 funcionários. O número de funcionários que concluíram o ensino superior é igual a
- (A) 10.
  - (B) 12.
  - (C) 15.
  - (D) 20.
  - (E) 25.

19. A figura indica uma chapa de aço que será utilizada em uma peça. As medidas estão em centímetros e  $x > 0$ .



Sabe-se que a área da chapa é de  $622 \text{ cm}^2$ . Uma equação do 2º grau que permite determinar o valor de  $x$  é:

- (A)  $20x^2 + 104x - 201 = 0$   
 (B)  $20x^2 + 104x - 311 = 0$   
 (C)  $10x^2 + 104x - 114 = 0$   
 (D)  $10x^2 + 104x + 94 = 0$   
 (E)  $30x^2 + 104x - 311 = 0$
20. A figura a seguir representa a treliça que José construiu para apoiar as plantas de seu jardim, utilizando ripas de mesma espessura. Nessa construção, o objetivo dele era que as ripas 1, 2 e 3 fossem paralelas. Depois que ele fixou as ripas, concluiu que elas não estavam exatamente paralelas.



Analise as quatro afirmações a seguir.

- I. Se a medida EF fosse 13 cm e as demais medidas fossem mantidas, então as ripas 1, 2 e 3 seriam paralelas.  
 II. Se a medida DE fosse 13,5 cm e as demais medidas fossem mantidas, então as ripas 1, 2 e 3 seriam paralelas.  
 III. Se a medida AB fosse 19 cm e as demais medidas fossem mantidas, então as ripas 1, 2 e 3 seriam paralelas.  
 IV. Se a medida BC fosse 7,5 cm e as demais medidas fossem mantidas, então as ripas 1, 2 e 3 seriam paralelas.

As duas únicas afirmações corretas são

- (A) I e II.  
 (B) I e III.  
 (C) I e IV.  
 (D) II e III.  
 (E) II e IV.

## ATUALIDADES

21. Segundo publicação do site *Época Negócios*, em 16 de junho deste ano, a Petrobras fez “sua maior descoberta desde o pré-sal, em 2006. De seis campos, espera extrair 20 milhões de m<sup>3</sup> por dia de gás natural, o equivalente a um terço da produção total brasileira”. A descoberta deve gerar cerca de R\$ 7 bilhões de receita por ano.

(*Época Negócios*. <https://bitlybr.com/3CmN2>. Acesso em 29.06.2019. Adaptado)

As reservas descobertas estão em região pertencente aos estados

- (A) do Maranhão e do Piauí.
  - (B) de Sergipe e de Alagoas.
  - (C) do Rio Grande do Norte e do Ceará.
  - (D) de Pernambuco e da Paraíba.
  - (E) do Piauí e do Ceará.
22. No dia 23 de maio (2019), a imprensa brasileira repercutiu amplamente o apoio dos Estados Unidos à entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). A participação brasileira depende da aprovação dos Estados-membros, que incluem as nações mais desenvolvidas do mundo, além de países do leste europeu, do Chile, do México e da Turquia.

(*IstoÉ*. <https://bitlybr.com/HQN8q>. Acesso em 01.07.2019. Adaptado)

A contrapartida é que o Brasil

- (A) pague os débitos das anuidades não recolhidas ao Fundo Monetário Internacional (FMI), nos últimos cinco anos.
- (B) apoie as ações da OCDE na África e na América Central que visam a melhorar a qualidade da educação nos países dos dois continentes.
- (C) deixe de apoiar os governos contrários à democracia representativa e às regras de economia de mercado.
- (D) abra mão do tratamento especial que o país possui na Organização Mundial do Comércio (OMC) por ser uma nação em desenvolvimento.
- (E) apoie os programas em defesa do meio ambiente, patrocinados pela instituição, implementando métodos de agricultura e pecuária sustentáveis.

23. Segundo matéria publicada pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, em 27 de maio de 2019, “o governo brasileiro quer aumentar em 2,1 milhões de quilômetros quadrados o tamanho do território nacional no Oceano Atlântico”. O pedido do governo brasileiro foi apresentado em dezembro de 2018 à Comissão de Limites da Plataforma Continental, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

(*Estadão*. <https://bit.ly/2HBNLqm>. Acesso em 29.06.2019. Adaptado)

Essa ampliação dos limites é importante

- (A) porque a Marinha identificou áreas de interesse econômico para a exploração mineral de cobalto, níquel, manganês e platina, entre outros.
  - (B) para garantir que o arquipélago de São Pedro e São Paulo continue sob a jurisdição brasileira.
  - (C) para estender a soberania brasileira até a ilha de Trindade e Martin Vaz.
  - (D) porque a exploração de petróleo do pré-sal tem bacias que estão além do limite das duzentas milhas continentais.
  - (E) para incluir a plataforma continental brasileira como área de preservação ambiental, chamada de Amazônia Azul.
24. O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou, em 6 de junho deste ano, a lei aprovada pelo Congresso que trata da internação de usuários de drogas e endurece a pena de traficantes.

(G1. <https://bitlybr.com/GVOzy>. Acesso em 01.07.2019. Adaptado)

Segundo o texto,

- (A) o aval médico para a internação involuntária é desnecessário desde que os pais se responsabilizem pelo ato.
  - (B) alguns servidores da área policial serão credenciados para definir os pacientes de internação involuntária.
  - (C) os internos involuntários ficarão nas unidades de terapia durante, no máximo, 45 dias.
  - (D) as comunidades terapêuticas deverão ser laicas e administradas por pedagogos.
  - (E) a internação involuntária só poderá ser feita em unidades de saúde e hospitais gerais.
25. No mês de maio deste ano, a editora Nova Fronteira lançou a biografia de um dos mais importantes empresários da comunicação do Brasil. O autor, Leonêncio Nossa, faz uma releitura das ações deste jornalista ao longo da vida, informando que ele testemunhou 18 golpes ou tentativas fracassadas de tomada do poder. Aderiu a sete, foi contrário a nove, e, em dois deles, se manteve neutro.

(*Isto é*. <https://bitlybr.com/4F6m8>. Acesso em 01.07.2019. Adaptado)

No livro *O Poder Está no Ar*, o biografado é

- (A) Assis Chateaubriand.
- (B) Victor Civita.
- (C) Roberto Marinho.
- (D) João Jorge Saad.
- (E) Vitor Costa.



26. Um assistente social da prefeitura plugou dois pen drives nas respectivas portas USBs do seu computador, que possui o MS-Windows 7 instalado na sua configuração original. O pen drive 1 contém apenas um arquivo chamado Cerquilha, o pen drive 2 foi recentemente formatado e está vazio. O assistente social pretende arrastar, utilizando o botão principal do mouse, o arquivo Cerquilha do pen drive 1 e soltar no pen drive 2.

Essa ação resultará

- (A) na exclusão do arquivo Cerquilha do pen drive 1, e gravação no pen drive 2 com o nome Cerquilha 2.
- (B) em uma mensagem de erro, pois o pen drive 2 está vazio.
- (C) na colagem de uma cópia do arquivo Cerquilha no pen drive 2.
- (D) na movimentação do arquivo Cerquilha do pen drive 1 para o pen drive 2.
- (E) na mesclagem de arquivos dos pen drives 1 e 2, surgindo um novo arquivo chamado Cerquilha-Cópia no pen drive 2.

27. No MS-Word 2010, em sua configuração padrão, assinale a alternativa que contém o campo predefinido que traz o tempo total de digitação no documento.


- (A) Date.
- (B) CreateDate.
- (C) PrintDate.
- (D) Time.
- (E) EditTime.

28. Considere o trecho da planilha do MS-Excel 2010, na sua configuração padrão, apresentado na figura a seguir.

	A	B	C	D	E	F
1	<b>Veículo</b>	<b>Valor</b>	<b>Desconto</b>		<b>Tabela Desconto</b>	
2	T-Cross	R\$ 125.000			R\$ 125.000	10%
3	Tiguan	R\$ 160.000			R\$ 150.000	20%
4	Eclipse Cross	R\$ 150.000			R\$ 175.000	30%
5	Subaru XV	R\$ 135.000			R\$ 225.000	40%
6	RAV4	R\$ 180.000			R\$ 250.000	50%
7	Volvo XC40	R\$ 230.000				

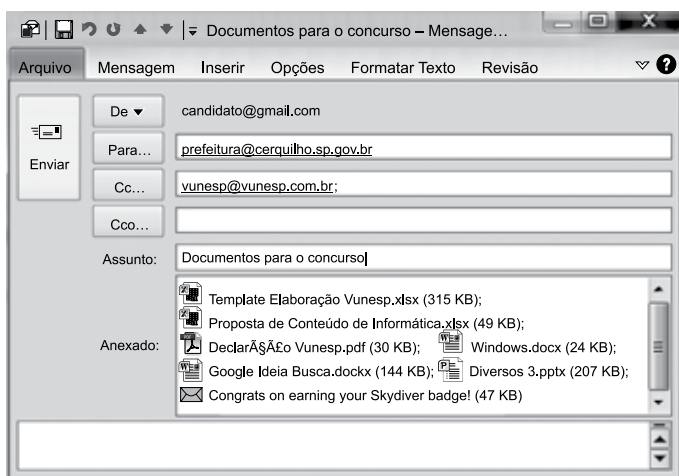
Sabendo-se que a fórmula do desconto é dada por =B7\*PROCV(B7;E:F;2), assinale a alternativa que contém o valor do desconto do veículo Volvo XC40.

- (A) R\$ 23.000
- (B) R\$ 46.000
- (C) R\$ 69.000
- (D) R\$ 92.000
- (E) R\$ 115.000

29. O botão de ação  do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração original, tem como hiperlink padrão:

- (A) Próximo slide.
- (B) Último slide exibido.
- (C) Primeiro slide.
- (D) Slide anterior.
- (E) Último slide.

30. Considere a mensagem de correio eletrônico que está sendo digitada no MS-Outlook 2010, na sua configuração padrão, conforme exibido a seguir.



Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens do outlook como anexo da mensagem.

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 5.
- (E) 7.

31. O assistente social tem na questão social o elemento central da relação profissional e a realidade. Por muito tempo pensada como uma disfunção da ordem social, a questão social diz respeito ao conjunto das desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura. Recentemente, as mudanças societárias e as crises dos padrões produtivos, com repercussões nas políticas públicas de proteção social, têm conduzido à banalização do humano e à radicalização das necessidades sociais, com rebatimentos diretos no entendimento da questão social. Não se trata de uma nova questão social, mas, dependendo das peculiaridades de cada formação social e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista, a questão social assume

- (A) superações inovadoras.
- (B) formas adequadas.
- (C) rupturas conjunturais.
- (D) novas expressões.
- (E) resistências permanentes.

32. De acordo com a concepção adotada pela Assistência Social, no âmbito da política pública, a vulnerabilidade é uma zona instável que as famílias podem vivenciar, nela recair ou permanecer ao longo de suas histórias. Entendidas como um fenômeno complexo e multifacetado, se não compreendidas e enfrentadas, as vulnerabilidades tendem a gerar ciclos intergeracionais de reprodução e se tornarem situações de risco. Manifestando-se de diferentes formas, a apreensão das vulnerabilidades exige análises especializadas e respostas

- (A) práticas.
- (B) intersetoriais.
- (C) especializadas.
- (D) imediatas.
- (E) exclusivas.

33. Face à precariedade de vida das famílias, suas formas de manifestação e incidência, cabe ao campo da responsabilidade pública e coletiva propor modalidades de atenção que assegurem a proteção social necessária e concreta desse segmento. Em se tratando da Política de Assistência Social, é na definição sobre quais proteções sociais devem ser garantidas por essa política que se fundamentam os direitos socioassistenciais. Por sua vez, os direitos humanos são inspiradores de interpretações do que devem ser os direitos socioassistenciais para efetivar a proteção social da assistência social, e a matriz da objetivação desses direitos são as

- (A) potencialidades concretas.
- (B) vivências coletivas.
- (C) seguranças sociais.
- (D) carências pessoais.
- (E) conquistas individuais.

- 34.** As transformações da economia e do estado brasileiro, nas décadas de 60 e 70, produziram mudanças importantes no processo de formação do seu sistema de proteção social. O Estado populista rompeu com a intervenção militar, que reestruturou esse modelo de Estado em todos os seus níveis, do econômico ao político, sem abandonar por completo o modelo anterior. Nesse contexto, destaca-se a completa subordinação da política social aos imperativos da política econômica; a proteção social, nessa perspectiva, reproduz as injustiças e desigualdades predominantes na sociedade por estar baseada
- (A) nos princípios de igualdade de uma mesma raça.
  - (B) na manutenção de interesses genéricos.
  - (C) no empenho das instituições privadas.
  - (D) na capacidade contributiva dos trabalhadores.
  - (E) nos fundamentos do processo de consolidação.
- 35.** No âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Proteção Social envolve a garantia da acolhida, do convívio, da autonomia, da renda, do apoio e do auxílio. Por meio de seus serviços, programas, projetos e benefícios, articulados com as demais políticas sociais para efetivamente se constituir um sistema público social, a proteção social da assistência social tem por direção, entre outros,
- (A) o desenvolvimento humano e social.
  - (B) a integração social e econômica.
  - (C) o resgate da autoestima social.
  - (D) a promoção de valores solidários.
  - (E) a dinâmica social adequada.
- 36.** A rede socioassistencial, prevista no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), está articulada em torno da proteção social e prevê a existência de serviços, programas, projetos e benefícios. Os projetos são definidos nos arts. 25 e 26 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e caracterizam-se como investimentos econômicos-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e da organização social, articuladamente com as demais políticas públicas.
- De acordo com a PNAS/2004, esses projetos integram o nível de proteção social
- (A) elementar.
  - (B) especial.
  - (C) diferenciada.
  - (D) complexa.
  - (E) básica.
- 37.** Embora a ocupação espacial de investimentos públicos sempre tenha integrado as estratégias de produção e reprodução da acumulação capitalista, o território passa a ser tematizado como conceito para elaboração, avaliação e monitoramento de políticas sociais em nosso país apenas recentemente. A análise crítica do território consiste na delimitação dinâmica, histórica e relacional do espaço enquanto síntese das contradições resultantes do desenvolvimento das forças produtivas. De outra parte, a territorialização das políticas públicas deve ser entendida como manifestação das formas como o Estado capitalista, nesse terreno contraditório, atua na sua
- (A) gestão.
  - (B) visibilidade.
  - (C) acomodação.
  - (D) metamorfose.
  - (E) revisão.
- 38.** Na perspectiva da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), não têm sustentação as concepções que entendem a família somente como unidade econômica, espaço de reprodução social e principal fonte de provisão de bem-estar de seus membros. Também não procede o conceito de família estruturada, tomada como ideal em sua composição de casal com seus filhos, cujos papéis são predefinidos. A matricialidade sociofamiliar, como eixo estruturante da PNAS, está pautada na concepção de família em seus novos arranjos e no entendimento de que o caráter protetivo do Estado em relação a ela, por meio da garantia de direitos sociais, reside em grande parte na
- (A) partilha de princípios e valores.
  - (B) responsabilização dos papéis de cada membro.
  - (C) antecipação dos custos do seu bem-estar.
  - (D) valorização dos padrões familiares.
  - (E) uniformização da condição de provedores.
- 39.** A família é o locus primário de socialização, aprendizagem e desenvolvimento de capacidades humanas; é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social. As vulnerabilidades vividas pelas famílias são, em sua maior parte, resultados da realidade em que vivem, na medida em que a questão social interfere e modifica as relações e dinâmicas familiares. No entanto, é correto afirmar que a família está vinculada a uma rede de laços que ultrapassam os limites de seu bairro, funcionando, para o trabalho social, como elemento de
- (A) precarização.
  - (B) espontaneidade.
  - (C) exacerbação.
  - (D) minimização.
  - (E) potencialidade.

40. São vários os fatores que motivam a existência de pessoas em situação de rua, tais como os estruturais e os biográficos, além de desastres de massa ou naturais. Trata-se de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado a partir de uma única perspectiva, na medida em que são múltiplas as causas da vivência nas ruas, como também são diversificadas as realidades das pessoas em situação de rua. Desse ponto de vista, é correto afirmar que o termo exclusão expressa a situação dessa população que vive na rua, termo esse que encerra o triângulo caracterizado pela expulsão, desenraizamento e
- (A) omissão.
  - (B) privação.
  - (C) banalização.
  - (D) opressão.
  - (E) oposição.
41. No Brasil, o recrutamento da força de trabalho infantil se apresenta desde os primórdios da indústria, constituindo-se em fator de moralização contra a criminalidade, educação e superação da pobreza. Essa concepção esteve presente na legislação brasileira desde o final do século XIX, legislação essa restrita à regulamentação do trabalho infantojuvenil e à associação entre infância carente e delinquência. Mesmo com a promulgação do ECA, que proíbe o trabalho infantil e a exploração do trabalho do adolescente, sua erradicação se constitui como um grande desafio hoje no país. Esse enfrentamento está contemplado na Assistência Social e com o reordenamento do Serviço de Convívio e Fortalecimento de Vínculos, o público do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) passou a ser atendido de forma
- (A) complementar.
  - (B) exclusiva.
  - (C) opcional.
  - (D) suplementar.
  - (E) prioritária.
42. Os estudos de gênero surgem influenciados por feministas acadêmicas no final do século XX, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980. A contribuição de tais estudos enfatiza a necessidade de se desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres. Ou seja, apesar das divergências e multiplicidades teóricas que envolvem o conceito de gênero, convencionou-se, hegemonicamente, que ele designa a construção social
- (A) da dona de casa.
  - (B) do marido provedor.
  - (C) do homem responsável e trabalhador.
  - (D) do masculino e do feminino.
  - (E) da mulher independente.
43. O envelhecimento é um processo natural da vida, variando de pessoa para pessoa, conforme os contextos relacionais e sociais. Nessa etapa, as relações sociais diminuem e a família tem um papel de extrema importância nesse processo. Os idosos são sujeitos de direitos, mas se tornam muito vulneráveis diante das necessidades de saúde e às impossibilidades crescentes à medida que envelhecem. Para atender esse segmento, a Política de Assistência Social oferta o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. O atendimento é direcionado a essas pessoas, seus cuidadores e familiares, com vivência de violação de direitos que comprometam sua autonomia. Tal serviço pode ser desenvolvido nas seguintes unidades: no Domicílio do usuário, em Centro Dia, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou em
- (A) Unidade Referenciada.
  - (B) Acolhimento Institucional.
  - (C) Centro de Convívio.
  - (D) Casa de Passagem.
  - (E) Família Acolhedora.
44. Prevenção e inserção social de crianças e adolescentes submetidos à exploração sexual é tema amplamente discutido na sociedade, em vista do aumento de denúncias e da perspectiva de reverter esse quadro de violência. Organizações e fóruns nacionais e internacionais definem a exploração como o abuso sexual cometido por adulto com remuneração à criança e ao adolescente, os quais estes são tratados como objeto sexual, ou seja, uma mercadoria. Classificam a exploração sexual comercial em quatro modalidades: tráfico para fins sexuais, prostituição, turismo sexual e pornografia. De acordo com o art. 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente, produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente, é considerado
- (A) infração administrativa.
  - (B) desvio de conduta.
  - (C) atitude irresponsável.
  - (D) crime.
  - (E) ação inaceitável.

- 45.** A gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) comporta a sua implementação, coordenação, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação do benefício. No que diz respeito à avaliação da continuidade das condições dos beneficiários que deram origem ao benefício, está estipulada uma revisão a cada dois anos. Entre os procedimentos para a gestão integrada do BPC, está a atualização periódica realizada pela equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou equipe técnica da Proteção Social Básica. Essa atualização deve especificar a quantidade e as características das famílias com membros beneficiários e os serviços socioassistenciais necessários para seu atendimento, por meio
- (A) da demanda espontânea.
  - (B) do diagnóstico do território.
  - (C) dos encaminhamentos setoriais.
  - (D) das avaliações de casos.
  - (E) do recorte de renda familiar.
- 46.** É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 8.662/1993. Conforme art. 5º da referida Lei, estão entre as atribuições privativas do Assistente Social prestar assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades; e realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres
- (A) estritamente a pedido do Poder Judiciário.
  - (B) sobre a matéria de Serviço Social.
  - (C) para subsidiar tratamento de saúde.
  - (D) de caráter objetivo.
  - (E) em casos de urgência.
- 47.** A Resolução CFESS nº 572/2010 dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social, mesmo dos assistentes sociais contratados sob a nomenclatura de cargos genéricos. O profissional, assistente social, em qualquer espaço sócio-ocupacional, deverá atuar com a devida e necessária competência técnica, teórico-metodológica, autonomia e compromisso ético. Ainda de acordo com a referida Resolução (art.6º), independentemente da denominação de seu cargo, ou função, exercer somente as funções pertinentes ao cargo que ocupa, ou que foi investido ou contratado, é prerrogativa
- (A) da instituição empregadora.
  - (B) do Conselho Federal.
  - (C) do assistente social.
  - (D) do colegiado intersetorial.
  - (E) da seção regional do trabalho.
- 48.** O Serviço Social é uma profissão marcada por relações de poder, com clara dimensão política. A natureza do trabalho do assistente social é caracterizada pela sua inserção nas instituições prestadoras de serviços sociais, vinculadas às políticas sociais. Seu trabalho profissional cria condições necessárias ao processo de reprodução social, por incidir na vida dos trabalhadores; produz efeitos ideológicos visto que, em suas ações, estão presentes valores e finalidades de caráter ético-político e atendem às necessidades de normatização e controle
- (A) das agendas nacionais.
  - (B) dos padrões internacionais.
  - (C) dos regimentos específicos.
  - (D) dos comportamentos sociais.
  - (E) dos projetos sazonais.
- 49.** Conforme estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011), a Assistência Social é organizada por dois tipos de proteção, a básica e a especial, sendo a vigilância socioassistencial uma função dessas proteções, que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.
- Ainda de acordo com a LOAS (Art. 6º B), tais proteções serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as
- (A) configurações tradicionais.
  - (B) determinações conjunturais.
  - (C) especificidades de cada ação.
  - (D) características predominantes.
  - (E) particularidades inatas.
- 50.** Órteses, próteses, cadeiras de rodas, óculos, medicamentos, pagamento de exames médicos, transporte de doentes, leites, fraldas descartáveis e dietas de prescrição especial etc, não estão entre os Benefícios Eventuais da Assistência Social. Tais benefícios, são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
- De acordo com o art. 22 (§ 2º) da LOAS, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das três esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo para
- (A) cada criança de até seis anos de idade.
  - (B) o idoso, ainda que trabalhe.
  - (C) a pessoa em situação de rua.
  - (D) os desempregados, ainda que qualificados.
  - (E) os adolescentes acima de doze anos.

- 51.** A matricialidade sociofamiliar é um dos eixos estruturantes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Trata-se da perspectiva de superação da focalização relacionada a segmentos, priorizando-se uma política de cunho universalista, ofertada em rede socioassistencial, que garanta às famílias sustentabilidade para prevenir, proteger, promover e incluir seus membros. Isso significa que a centralidade da família é garantida à medida que a Assistência Social formula e desenvolve essa política pautada
- (A) nas funções desempenhadas.
  - (B) nas capacidades individuais.
  - (C) no papel central da figura masculina.
  - (D) nas necessidades sociais.
  - (E) na inserção laboral de seu responsável.
- 52.** O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza de forma articulada as responsabilidades e a hierarquia de serviços, benefícios e ações de assistência social. De caráter permanente ou eventual, e orientados pelo critério da universalidade, tais serviços são executados por pessoas jurídicas de direito público, em articulação com iniciativas da sociedade civil. A sua consolidação, como sistema, implica a oferta contínua e sistemática de uma rede constituída e integrada, com padrões de atendimento qualificados e pactuados, com planejamento, financiamento e
- (A) equilíbrio.
  - (B) avaliação.
  - (C) suplementação.
  - (D) revisão.
  - (E) flexibilidade.
- 53.** A gestão do trabalho no SUAS, de acordo com determinações expressas na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Para tanto, cabe a cada ente federativo instituir ou designar, em sua estrutura administrativa, setor ou equipe responsável pela gestão do trabalho no âmbito do SUAS. Conforme determina, a NOB/SUAS (art. 112), as despesas que envolvem a gestão do trabalho devem estar expressas no orçamento e no financiamento da política de assistência social e os entes federativos, de acordo com o parágrafo único do mesmo artigo, deverão assegurar recursos financeiros específicos para o cumprimento das responsabilidades
- (A) unificadas.
  - (B) segmentadas.
  - (C) adicionais.
  - (D) supletivas.
  - (E) compartilhadas.
- 54.** A Tipificação Nacional padronizou os serviços socioassistenciais, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados. De acordo com a Tipificação, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é realizado em grupos, organizados a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida. Pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social, o SCFV possui caráter preventivo e
- (A) global.
  - (B) genérico.
  - (C) amplo.
  - (D) proativo.
  - (E) excepcional.
- 55.** De acordo com o ECA, é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. O art. 70-A define um conjunto de ações em que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão desenvolver de forma articulada, com o objetivo de coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes. Ainda de conformidade com parágrafo único do mesmo artigo, terão prioridade de atendimento nessas ações e políticas públicas de prevenção e proteção as famílias com crianças e adolescentes
- (A) com deficiência.
  - (B) cumprindo medidas socioeducativas.
  - (C) adotados.
  - (D) com defasagem escolar.
  - (E) em acolhimento provisório.
- 56.** A convivência familiar e comunitária é um dos direitos fundamentais estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim é que, toda criança ou adolescente que, excepcional e provisoriamente, estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada três meses. Ainda de acordo com o ECA (art. 19, § 2º), a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada
- (A) pelo Conselho Tutelar.
  - (B) pela assistente social de referência.
  - (C) pela autoridade judiciária.
  - (D) pelos pais ou responsável.
  - (E) pela equipe técnica do acolhimento.

- 57.** O art. 19 do Estatuto do Idoso determina que os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra esse segmento serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária e serão obrigatoriamente comunicados por eles à autoridade policial, ao Ministério Público ou aos Conselhos do Idoso. Para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, são admissíveis todas as espécies de ação pertinentes. Ainda de acordo com o Estatuto (art. 89), qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os fatos que constituam objeto de ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção, sendo que, no caso do servidor público, essa provocação se constitui em
- (A) uma opção.
  - (B) uma alternativa.
  - (C) um condicionante.
  - (D) uma estratégia.
  - (E) um dever.
- 58.** Ao abordar o tema das violações de direitos, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária destaca a importância da difusão de uma cultura de direitos, em que as famílias, a comunidade e as instituições conheçam e valorizem os direitos da criança e do adolescente, especialmente a sua liberdade de expressão e de participação na vida da família e da comunidade, opinando e sendo ouvidos sobre as decisões que lhes dizem respeito. No Plano, essa compreensão está fundamentada no pressuposto de que a violação de direitos que tem lugar no seio da família pode refletir, ainda que não necessariamente, também, a uma situação de
- (A) hostilidade.
  - (B) vulnerabilidade.
  - (C) individualismo.
  - (D) preponderância.
  - (E) autodefesa.
- 59.** Para as situações de autoria de ato infracional, o SINASE prevê que o cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente. O art. 56 do SINASE define ainda que, para o cumprimento dessas medidas, o PIA será elaborado, quando do ingresso do adolescente no programa de atendimento, no prazo de até
- (A) cinco dias.
  - (B) dez dias.
  - (C) quinze dias.
  - (D) vinte dias.
  - (E) vinte e cinco dias.
- 60.** No âmbito do Serviço Social, o estudo/perícia social tem como particularidade a investigação de expressões da questão social presentes nas situações que se constituem objeto, em regra, de disputa judicial, para as quais está voltado o trabalho do assistente social, cabendo ao profissional identificá-las e analisá-las de forma fundamentada. Os instrumentais que integram esse processo de trabalho são, em regra, a entrevista e a visita, cujos aspectos deles apreendidos devem ser registrados em relatórios e laudos sociais. O laudo é resultante do estudo/perícia social e seu teor deve ser
- (A) analítico.
  - (B) complexo.
  - (C) definitivo.
  - (D) propositivo.
  - (E) consensual.

